

Ao

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Ilustríssimos Sr. Pregoeiro e equipe de apoio

Ref.: Recurso Administrativo - Pregão

Eletrônico para registro de preços nº

373/2021, **PROCESSO SEI:** Nº

19.16.3900.0104583/2021-08

A Empresa **FK GRUPO S.A.**, sediada à Avenida das Indústrias, nº 337 - Centro - CEP 17.250-000, Bariri-SP, inscrita no CNPJ sob nº 55.088.157/0001-02 e Inscrição Estadual nº 201.021.680, por seu representante legal, Sr. André José Trovarelli Lagos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.787.530 SSP/PE, CPF n. 131.024.078-70, residente e domiciliado na Rua Zahia Farah Chidid, n. 57, Bariri-SP, vem, com o muito respeito, apresentar **RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**, perante esse respeitável órgão, pelos motivos de fato e mérito que seguem:

I – DOS FATOS

A **RECORRENTE** participou regularmente do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 373/2021, PROCESSO SEI: Nº 19.16.3900.0104583/2021-08, cujo *“objeto trata do Registro de Preços para aquisição de cadeiras operacionais destinadas a suprir as necessidades do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, visando a futuras contratações mediante termo de contrato, conforme as especificações constantes do Anexo VIII e das demais condições previstas no respectivo Edital”*.

Na fase de lances a RECORRENTE sagrou-se vencedora, avançado para a fase de análise de amostras, onde teve sua proposta desclassificada com as seguintes justificativas:

a) Segundo o parecer dos técnicos em relação as medidas do objeto as amostras desatenderam as exigências do edital nos seguintes pontos:

a.1) ALTURA DO APOIA-BRAÇOS: A dimensão da amostra apresentou altura mínima 160 mm e altura máxima 230 mm. Entretanto a DIMENSÃO EXIGIDA NO EDITAL é de altura mínima 200 mm e altura máxima 250 mm;

a.2) RECUO DO APOIA-BRAÇOS: A DIMENSÃO DA AMOSTRA apresentou a medida de 60 mm. Entretanto, a DIMENSÃO EXIGIDA NO EDITAL é de mínimo 100 mm;

a.3) FAIXA DE REGULAGEM DO ASSENTO: A DIMENSÃO DA AMOSTRA apresentou medida mínima de 430 mm e máxima de 530 mm. Entretanto, a dimensão exigida pelo Edital é mínima de 420 mm e máxima de 500 mm;

b) Também, as amostras não apresentaram selo de certificação de conformidade nelas fixados, não sendo possível, portanto atestar requisitos como estabilidade, resistência, durabilidade, segurança e usabilidade. Isso porque o Certificado de Conformidade Nº CP 19.01.0245 apresentado pela RECORRENTE não descreve os componentes e/ou materiais utilizados na fabricação das cadeiras nele elencadas e porque não foi apresentada a documentação descritiva aprovada na referida certificação;

c) Por fim, foi constatado pelos técnicos que a empresa não apresentou proposta de adequação dos seus laudos contemplando a nova NR17, para fins de cumprimento da regulação legal conforme previsto no edital.

Em que pese o esforço do d. Pregoeiro e da equipe de apoio para garantir a contratação mais vantajosa, com vistas a consagrar os princípios e preceitos regentes da licitação, a

decisão que importou na desclassificação da RECORRENTE merece imediata revisão para garantir a lisura, legalidade e justiça no certame.

II – DO MÉRITO

Os fundamentos, apresentados pelo d. Pregoeiro e equipe de apoio, que ensejaram a desclassificação da proposta apresentada pela RECORRENTE não podem prosperar, eis que não coadunam com a realidade da respectiva proposta, conforme pontualmente esclarecido em cada um dos tópicos que seguem:

II. a) DOS REQUISITOS DIMENSIONAIS DA PROPOSTA APRESENTADA

Segundo a decisão a desclassificação da proposta da RECORRENTE ocorreu pelos seguintes motivos:

1.1 - Altura dos apoia braços encontrada na amostra de 160 mm para o ponto mínimo; o que supostamente contrariaria o edital quando o requisito mínimo seria de 200 mm;

1.2 - Altura dos apoia braços encontrada na amostra de 230 mm para o ponto máximo; o que supostamente contrariaria o edital quando o requisito mínimo seria de 250 mm;

1.3 - Medida de recuo do apoia braço encontrada na amostra de 60 mm, quando o requisito mínimo do edital para esta variável seria de 100 mm; e por fim

1.4 - Altura do assento ao piso encontrada na amostra de 430 mm para o ponto mínimo; o que supostamente contrariaria o edital quando a faixa de regulagem deveria contemplar a medida de 420 mm, que seria o ponto mínima para a faixa de regulagem.

1.5 - O parecer de desclassificação ainda menciona a medida máxima do assento ao piso na amostra da cadeira Addit do FK Grupo, sendo a medida aferida pelos técnicos do MPMG de 530 mm, no entanto, aparentemente,

essa constatação realizada pelos técnicos não contraria nenhum requisito editalício.

Em relação as exigências dimensionais que supostamente as amostras da RECORRENTE não estariam em conformidade com o Edital, é evidente que, por mais douta que a equipe de técnicos do MPMG seja preparada, esta não possui aparato ferramental e tecnológico adequado para devida avaliação dos requisitos dimensionais de uma cadeira de escritório certificada para ABNT NBR 13962:2018. Vejamos:

Especificamente três dos quatro requisitos dimensionais que geraram a desclassificação da RECORRENTE **NECESSITAM DE GABARITO DE CARGA PARA AVALIAÇÃO** e, apesar da dúvida que paira sobre os técnicos do MPMG acerca da conformidade das cadeiras entregues pelo FK Grupo, DE FATO O PROJETO DO PRODUTO E CHECAGEM DA AMOSTRA NA FÁBRICA PRESSUPÕE A ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS NORMATIVOS.

Em outras palavras, uma vez que o produto foi projetado para atendimento da Norma em seus REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO, naturalmente, O MÉTODO DE AFERIÇÃO DE TAIS REQUISITOS TEM DE TER ADERÊNCIA COM A NORMA, caso contrário, A INCERTEZA DA AFERIÇÃO SUPLANTA A CERTEZA DO ATENDIMENTO DO REQUISITO.

Abaixo uma explanação em diagramas e conceitos gráficos extraídos da própria Norma.

2.21

ponto A do assento

ponto originário da interseção do eixo de rotação da cadeira com o plano de carga (superfície inferior do gabarito de carga, nas condições descritas para medição da altura do assento contidas na Tabela 2). O plano mediano e o plano transversal contêm o ponto A. Para todos os outros tipos de cadeiras, o ponto A é o ponto de carregamento "A" da cadeira, determinado conforme o Anexo A e Tabela 3. Para cadeiras com regulagem da profundidade útil do assento (operacional tipo A), a localização do ponto A ocorre quando o assento estiver posicionado em sua regulagem mais posterior, ou seja, recuado (ver Figura 1)

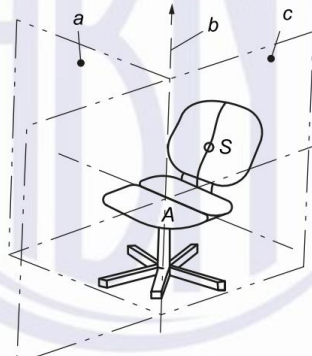


Figura 1 (acima) - conceito do “ponto A” do assento, que é o ponto de referência para medição da altura do assento em relação ao piso.

Notem os senhores que é importante que o assento seja medido EXATAMENTE nesse “ponto A”, uma vez que o assento é inclinado em relação à horizontal e diversas dimensões podem ser encontradas ao longo da superfície do mesmo, a depender do ponto de medição realizado pelo observador.

2.23

altura da superfície do assento – a

distância vertical entre o piso e o ponto A

NOTA A medição é feita com o gabarito de carga (ver Figura 3).

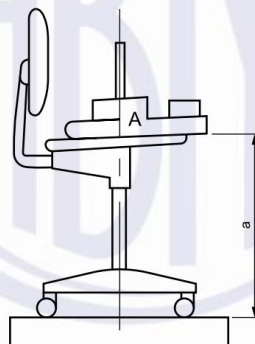


Figura 3 – Altura da superfície do assento – a

Figura 2 (acima) - Conceito de altura da superfície do assento dado pela ABNT NBR 13962:2018

O conceito apresentado pela figura 2 é uma das variáveis que geraram a desclassificação do FK Grupo no referido certame, uma vez que foi aferida medida diversa do preconizado pelo Edital. É muito importante entender que uma fábrica que se propõe a realizar seu produto certificado para a Norma, projeta essa medida contando o esmagamento dos elementos pelo gabarito de carga, detalhado na “Figura 3” abaixo, sendo uma transcrição da Figura 21 da Norma ABNT NBR 13962:2018.

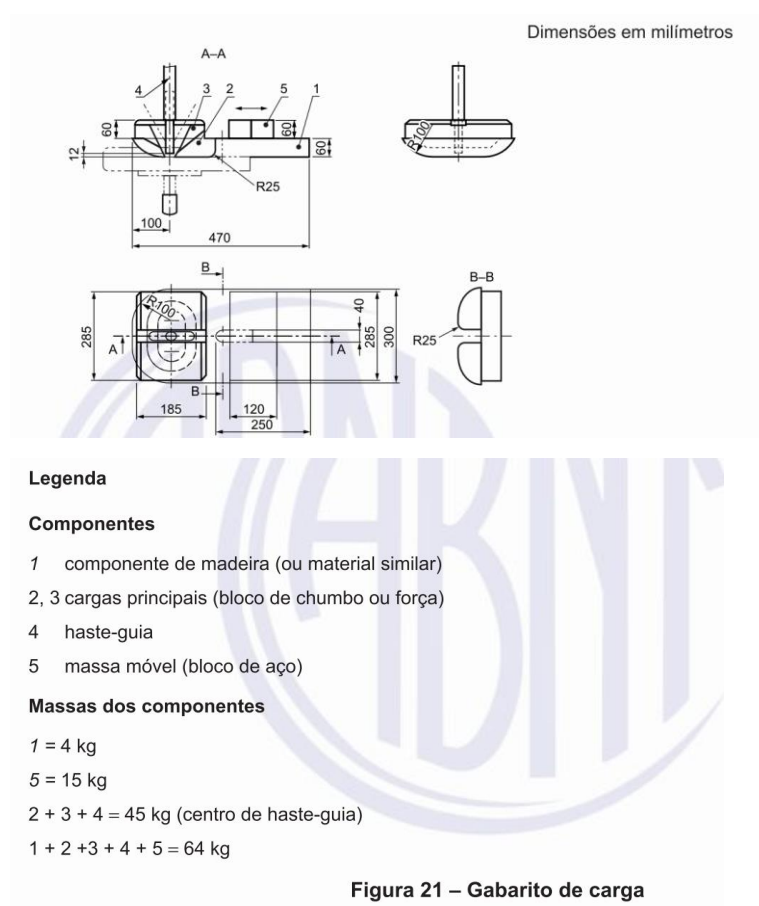


Figura 3 (acima) - Definição do Gabarito de Carga utilizado para diversas medições da ABNT NBR 13962:2018

Notem os senhores que o Gabarito de carga possui uma massa total de 64 kg, capaz de comprimir materiais mais macios e/ou voláteis como espumas, revestimentos e a haste da coluna (pistão), e também materiais mais rígidos e inertes tais como reínas rígidas, compensado e liga de alumínio da base, sendo notável que a dimensão aferida sem

esmagamento não pode ser considerada como dimensão normativa, sobretudo, mais uma vez dizendo, **um produto que fora desenvolvido para atendimento total da Norma de referência em questão.**

Notem o diagrama abaixo na “Figura 4” a ação do Gabarito de Carga e a sua influência na dimensão do assento, a medida que a compressão do gabarito aumenta a distância da superfície do assento ao piso que seria observada sem considerar o mesmo gabarito.

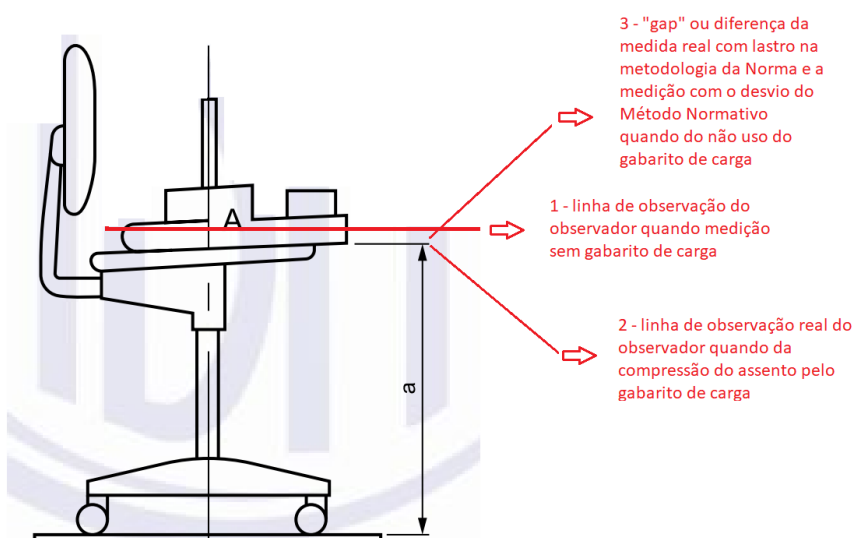


Figura 4 (acima) - Diagrama ilustrativo da ação do gabarito de carga sobre o assento

O mesmo fenômeno físico acontece para avaliação da medida de altura do apoia braço, uma vez que esta variável toma por referência o ponto A do assento em sua superfície superior e o assento é notadamente espumado. Vejam os senhores nas Figuras 5 e 6 logo abaixo.

2.34

altura do apoia-braço – p

distância vertical, medida na seção pelo plano transversal, entre a superfície superior do apoia-braço e o ponto A do assento, tal como especificado em 3.3.3.4 (ver Figura 14).

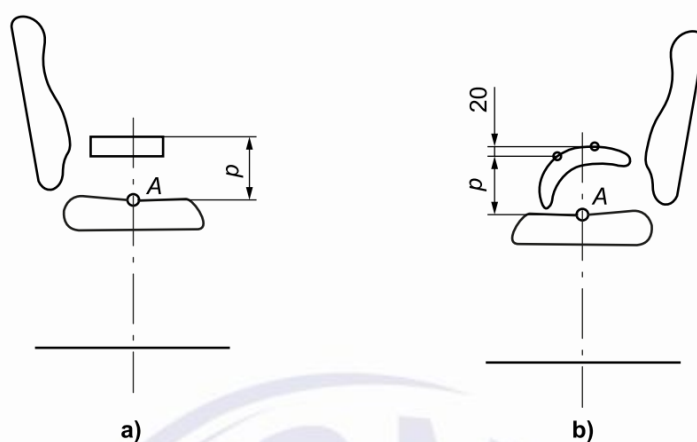


Figura 14 – Altura do apoia-braço retilíneo – p

Figura 5 (acima) - conceito de medição da altura do apoia braço em relação ao ponto A do assento em sua superfície superior.

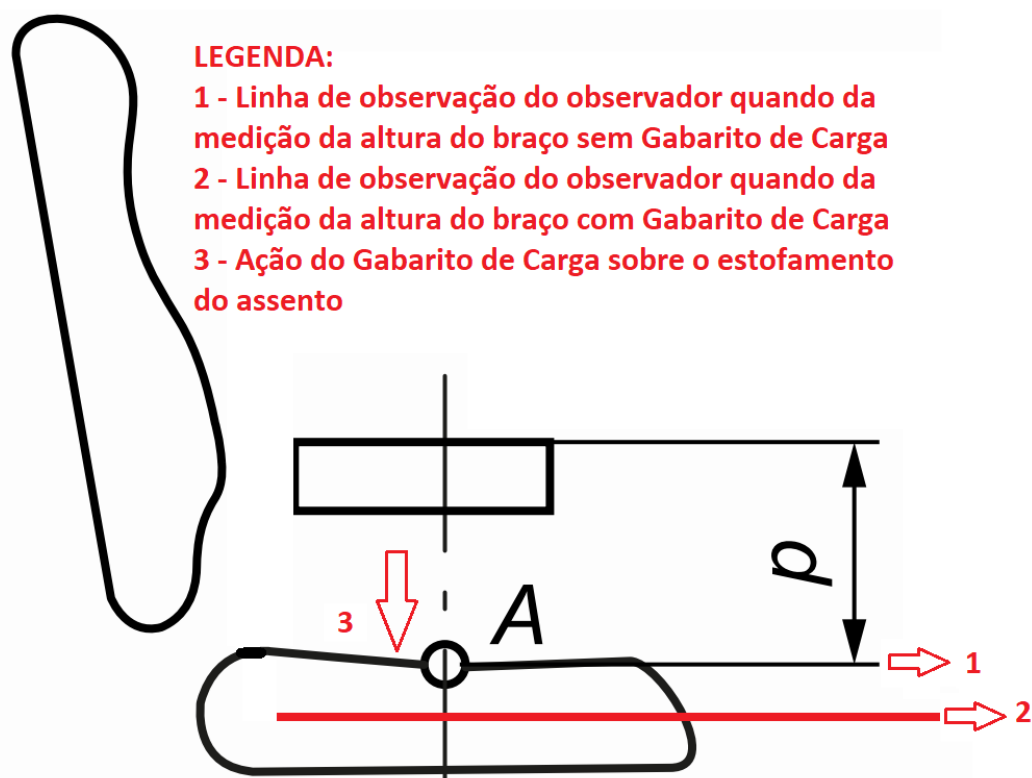


Figura 6 (acima) - dinâmica do Gabarito de Carga para a medição da altura do apoia braço em relação ao piso

Notem os senhores que, de maneira inversamente proporcional à altura do assento ao piso, que diminui a sua distância do assento uma vez que a compressão do Gabarito de Carga é no sentido da gravidade e no mesmo sentido da medição. Para a altura do apoia braço, o Gabarito de Carga age no sentido de aumentar a distância entre a superfície superior do apoia braço e a superfície superior do assento, portanto, ao aferir **ESSA DIMENSÃO SEM O DEVIDO MÉTODO, O OBSERVADOR VAI ENCONTRAR UMA DISTÂNCIA MENOR**, como os 160 mm e os 230 mm encontrados pela D. equipe técnica do MPMG, quando na realidade, ao considerar o gabarito, essa distância aumenta consideravelmente.

Há uma menção clara na própria tabela 2 da Norma ABNT NBR 13962:2018, nas páginas 13 e 14, que tais variáveis DEVEM SER MEDIDAS COM O DEVIDO GABARITO DE CARGA, vide Figura 7 abaixo.

Tabela 2 – Dimensões da cadeira giratória operacional (continua)

Dimensões em milímetros			
Código	Nome da variável	Valor mín.	Valor máx.
<i>a</i>	Altura da superfície do assento (intervalo de regulagem) ^{a, d}	420	500
<i>d</i>	Largura da superfície do assento	400	–
<i>c</i>	Profundidade da superfície do assento	380	–
<i>b</i>	Profundidade do assento: Para cadeiras com regulagem dessa variável (faixa de regulagem), a dimensão deve ser encontrada em algum momento da regulagem de no mínimo 50mm de curso.	380	470
	Faixa de regulagem	50	

Tabela 2 (conclusão)

Dimensões em milímetros

Código	Nome da variável	Valor mín.	Valor máx.
<i>e</i>	Ângulo de inclinação do assento ^d		
	Para cadeiras sem regulagem dessa variável	0°	– 7°
	Para cadeiras com regulagem dessa variável ^b	– 2°	– 7°
<i>g</i>	Extensão vertical do encosto	240	–
<i>f</i>	Altura do ponto S do encosto (intervalo de regulagem) ^{a, c, d}	170	220
<i>i</i>	Largura útil do encosto	305	–
<i>k</i>	Raio de curvatura do encosto	400	–
<i>l</i>	Faixa de regulagem de inclinação do encosto	15°	–
<i>p</i>	Altura do apoio-braço ^{b, d}	200	250
<i>r</i>	Distância interna entre os apoia-braços ^{b, e} Ver notas na descrição do item	460	–
<i>q</i>	Recuo do apoio-braço (apoia-braço na posição recuada e mais baixa)	100	–
<i>n</i>	Comprimento do apoio-braço	200	–
<i>o</i>	Largura da área útil do apoio-braço	40	–
<i>s</i>	Projeção da pata		
	Para cadeiras com rodízios	–	415
	Para cadeiras com sapatas	–	365

^a A altura da superfície do assento e a altura do ponto S do encosto podem ser reguláveis. Os intervalos de regulagem podem ser excedidos, desde que os valores mínimo e máximo prescritos estejam incluídos na faixa de regulagem.

^b Caso sejam adotados dispositivos de regulagem, estes devem incorporar as dimensões mínima e máxima apresentadas, podendo no entanto ultrapassá-las.

^c A regulagem de altura do ponto S do encosto pode ser obtida por deslocamento de todo o encosto ou apenas da porção dele que proporciona o apoio lombar.

^d As dimensões indicadas devem ser medidas utilizando-se o gabarito de carga (ver 3.3) sobre o assento.

^e Caso sejam adotados dispositivos de regulagem, a faixa de regulagem deve cobrir uma extensão de pelo menos 60 mm e deve ser encontrada a dimensão de 460 mm em algum ponto dessa regulagem.

Figura 7 (acima) - Transcrição da tabela 2 da ABNT NBR 13962:2018 com destaque para a Nota “d”

Vejam os senhores que as variáveis de altura da superfície do assento e altura do apoio braço, conforme tabela 2 da ABNT NBR 13962:2018, **justamente os requisitos que ensejaram a desclassificação do FK Grupo, DEVEM SER MEDIDOS COM USO DE GABARITO DE CARGA!** E ainda, as medidas mínimas e máximas podem ser ultrapassadas, desde que mínimos e máximos prescritos para a faixa de regulagem sejam atendidos.

Quanto à medição da variável de recuo do apoio braço, prevista tanto na Norma ABNT NBR 13962:2018 quanto no edital, há uma orientação presente, tanto no edital quanto na Norma, que menciona que tal medição deve ser realizada com o apoio braço na posição mais recuada e mais baixa (páginas 31, 40, 66, 75, 93 e 97 do Edital e página 14, tabela 2, variável *q* da Norma ABNT NBR 13962:2018).

A medição acima referida e realizada pela D. equipe técnica deste E. Ministério Público notadamente NÃO OBSERVOU TAL RECOMENDAÇÃO PARA MEDIÇÃO DESTA VARIÁVEL, **o que pode ser evidenciado tanto na avaliação do móvel que ainda está em poder do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, quanto nos registros que serão evidenciados a seguir nesta peça e seus anexos.**

Ciente de que poderia haver a possibilidade de a equipe técnica, até por restrições de aparato, ter cometido tais desvios de método na avaliação da amostra quando da manifestação de desclassificação RECORRENTE em 29/12/2021, no dia 03 de janeiro de 2022 a ora RECORRENTE apresentou a Petição que acompanha esta peça Recursal para melhor entender a metodologia aplicada nessa avaliação. No mesmo dia a RECORRENTE apresentou a Petição que também acompanha a presente Peça Recursal, que visava a garantia do direito de acompanhamento da sessão de avaliação da amostra da empresa 2ª colocada, ocasião na qual poderíamos sanear a dúvida de maneira presencial, junto aos doutos técnicos deste E. Ministério Público e, possibilidade esta que, além de prevista em Lei, foi amplamente manifestada como possível pelo sr.; Pregoeiro em sessão eletrônica.

Ocorre que não fomos informados acerca da sessão de avaliação de amostras da empresa 2ª colocada no presente Certame, que ocorreu no dia 06 de janeiro de 2022. Momento esse que, não tínhamos nem a resposta quanto as nossas petições acerca da metodologia de medição e, não houve oportunidade de estarmos juntos da equipe técnica para sanear tais dúvidas nesta agenda do dia 06 de janeiro de 2022.

A partir desse momento tentamos estabelecer, através de manifestações ao senhor Pregoeiro para que pudéssemos ter essa oportunidade resguardada, conforme comunicações entre os dias 10 e 13 de janeiro de 2022 entre os senhores Paulo Cristiano Bonatelli, Supervisor de Consultoria Técnica do FK Grupo, Matheus de Oliveira Dande, Pregoeiro Oficial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e sra. Sandra Marcia Gonçalves Pereira, Coordenadora da Diretoria de Controle e de Manutenção de Imóveis do MPMG, anexo a esta peça recursal.

Tais comunicações geraram uma espécie de adendo à sessão que ocorrera no dia 06 de janeiro quando da presença de alguns licitantes que não do FK Grupo, que houvera manifestado a sua intenção de acompanhar as amostras, porém não houvera sido informado oportunamente de tal sessão e, ao final de tal sessão uma Ata foi lavrada com os assuntos deliberados. Essa Ata segue na íntegra como anexo a esta peça recursal.

Nesta reunião restou evidente que as medições que foram realizadas nas amostras da RECORRENTE e que implicaram em sua desclassificação, especialmente as medições das variáveis de altura do assento ao piso e de altura do apoio braços em relação ao assento foram realizadas sem o Gabarito de Carga previsto em Norma para tais avaliações. Tal constatação foi realizada *in loco* com os presentes signatários da Ata em anexo e mais com as técnicas Flávia Pereira Costa e Sandra Filgueiras de Oliveira em caráter “*ad hoc*”, conectadas através do Microsoft Teams à sessão presencial que se deu.

Após essa sessão, no dia 02 de fevereiro de 2022, portanto 30 dias após a solicitação da Petição, o Ministério Público respondeu também a Petição enviada pelo FK Grupo em 03 de janeiro de 2022 para entendimento da metodologia de medição. Restando evidente o reconhecimento desta limitação técnica quando da menção de que cumpre as orientações contidas na ABNT NBR 13962:2018 “*no que é possível aferir pela comissão técnica do MPMG*”. Tal resposta à Petição segue anexo a presente peça recursal.

Portanto há entendimento claro e cristalino que as dimensões de assento e apoio braços aferidas pela equipe do E. MPMG, sendo três requisitos dimensionais dos quatro requisitos dimensionais que resultaram na desclassificação do FK Grupo, foram realizadas sem o devido aparato previsto em Norma, o que é um desvio grave, uma vez que há preconização de atendimento à mesma Norma que assim determina o método de avaliação e que, tais constatações oriundas de desvio de método normativo embasaram a desclassificação da RECORRENTE no referido certame.

Quanto ao quarto requisito dimensional, qual seja **a medida de recuo do apoio braço**, vale ressaltar que há um conflito de informações entre a resposta à Petição enviada em

02 de fevereiro pelo ilustre Pregoeiro Oficial, sr. Matheus de Oliveira Dande e a Ata lavrada em 14 de janeiro de 2022 quando da ida de equipe do FK Grupo ao MPMG em Belo Horizonte para sessão de acompanhamento de avaliação de amostra.

Vejam os senhores que restou evidente que na resposta à Petição restou claro que a D. equipe técnica do E. MPMG **deveria ter posicionado o apoio braço em sua posição mais baixa e mais recuada em relação à borda frontal do assento**, conforme orientação tanto do edital quanto da Norma em questão. Este posicionamento não depende de aparato algum. Entretanto, à revelia de tal orientação, **a D. equipe técnica posicionou claramente o apoio braço em sua posição mais avançada em relação à borda frontal do assento, o que gerou a dimensão de 60 mm aferida pela D. equipe técnica.**

Ou seja, **quanto a este requisito que não dependia do uso do gabarito de carga**, a D. equipe técnica do MPMG também **não guardou observância aos métodos normativos preconizados pela ABNT NBR 13962:20148 para correta aferição do requisito**, tampouco de orientação idêntica constante no edital, em outras palavras, a medição desta variável deveria ser realizada com o apoio braço em uma posição totalmente diferente da realizada. Isto restou evidente até mesmo quando se lê a Ata lavrada pela equipe técnica do E. MPMG para a sessão de 14 de janeiro de 2022, ao que a mesma menciona que as amostras da RECORRENTE foram medidas com o apoio braço avançado.

TAMBÉM É DIGNO DE NOTA QUE que a amostra da empresa 2ª colocada realizada com a medição da mesma forma, apresentou **medida também não conforme para o requisito normativo**, ou seja, além do desvio de método da Norma, **há aí uma clara quebra de isonomia entre os licitantes ao momento que utiliza-se um método para a avaliação da amostra da RECORRENTE e outro método para avaliação dos demais licitantes.**

Caso as amostras da RECORRENTE ainda permaneçam com as características originais entregues, ou seja, se não passaram posteriormente ao dia 14 de janeiro de 2022 por nenhum ensaio destrutivo, respeitosamente a RECORRENTE desafia ao Egrégio

Ministério Público do Estado de Minas Gerais a realizar medição com o apoio braço DE FATO na posição mais recuada e mais baixa em relação ao assento e observe se a medida encontra não será maior do que 100 mm.

PORTANTO, OBSERVA-SE CLARAMENTE QUE A MEDIDA DE RECUO DO APOIA BRAÇO QUE GEROU A DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE NÃO FOI AFERIDA NO POSICIONAMENTO ADEQUADO, TRAZENDO ASSIM UMA ANÁLISE SUBJETIVA, QUANDO DA ANÁLISE DA AMOSTRA, QUE NÃO COADUNA COM A ORDEM JURÍDICA PÁTRIA.

A avaliação dimensional realizada com parâmetros que não atendem ao estabelecido pela norma exigida no Edital importa em um julgamento subjetivo que viola frontalmente os princípios e preceitos que disciplinam o certame licitatório.

Nesse quadro é notória infringência ao princípio do julgamento objetivo, disposto no artigo 44 da Lei 8666/93, com a seguinte previsão:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

O que deve prevalecer no julgamento das amostras são as regras editalícias, não a vontade do julgador.

Sobre o tema o E. Tribunal de Contas da União tem entendimento pacificado:

“Assim, tendo-se em conta que o pregoeiro sopesou a validade das CCT indicadas pelas empresas licitantes além do admissível e com base em critérios puramente subjetivos, descumprindo, inclusive, termos editalícios, têm-se por verificadas as ofensas

aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e ao do julgamento objetivo e, por conseguinte, viciado irremediavelmente o procedimento licitatório, impondo-se a sua anulação, conforme jurisprudência desta Corte, como, por exemplo, os acórdãos TCU 2014/2007; Plenário; (Sumário); 925/2009-Plenário (Sumário); e 6198/2009-1ª Câmara (Sumário). (G. n.) (Acórdão nº 959/2013 - TCU - Plenário - Relator Min. RAIMUNDO CARREIRO).

DESTA FORMA, NOTORIAMENTE SÃO REFUTADOS TODOS OS ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DIMENSIONAL QUE ENSEJARAM A DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE, OU SEJA, O GRUPO DE REQUISITOS 1, SUBITENS DE 1.1 A 1.4 CITADOS NESTA PEÇA, POIS A AVALIAÇÃO DIMENSIONAL NÃO ATENDEU AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PARA AFERIÇÃO DA NORMA, VIOLANDO, ASSIM, O PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO, CUJA OBSERVÂNCIA É OBRIGATÓRIA NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

II.b) DO PERFEITO ATENDIMENTO DAS AMOSTRAS APRESENTADAS PELA RECORRENTE PARA COM A NORMA ABNT NBR 13962:2018

Passa-se então neste momento à análise do segundo Grupo de requisitos que gerou a desclassificação da RECORRENTE no presente certame, qual seja, a desclassificação em função da análise da D. equipe técnica deste E. Ministério Público, que entendeu que as amostras apresentadas pela RECORRENTE, as quais materializam o seu catálogo, o seu Certificado e a sua proposta, não estariam de fato Certificadas para a ABNT NBR 13962:2018.

As alegações citadas por esta D. equipe técnica para fundamentar sua decisão são as de que, por as amostras não possuírem selo de Certificação da Conformidade nelas afixados e, por fim, em função de o Certificado acreditado pelo Inmetro para a ABNT NBR

13962:2018 da linha Addit, emitido pelo OCP Isopoint sob código CP.19.01.0245 não apresentar detalhamento dos componentes utilizados na fabricação dos produtos, o Certificado o produto não poderia ser aceito.

Vejamos qual é o requisito editalício de maneira objetiva:

“Em quais lotes/itens será exigido o documento: LOTE 1, ITENS 1 E 2
Documentos que deverão ser apresentados: A) Sobre a aceitação de certificação internacional, a NBR 13962:2018 – versão corrigida determina que é possível comparar os resultados dos ensaios feitos por laboratórios acreditados pelo INMETRO com os de outros países desde que a variação das forças e ciclos empregados nas análises garantam a segurança no uso da cadeira. Insta frisar que na elaboração da revisão da NBR 13962:2018, foram utilizadas as seguintes normas internacionais:

– BS EN 1335-1:2000, Office furniture – Office work chair – Part 1: Dimensions – Determination of dimensions; – norma internacional que determina as dimensões das cadeiras de escritórios.

-BIFMA X5.1-2011, General Purpose Office Chairs – Tests; – norma que determina a consistência do teste, modificando pesos e cargas de teste e incluindo um novo teste para os apoios de pés.

- ISO 21015:2007, Office furniture – Office work chairs – Test methods for the determination of stability, strength and durability. – norma que define os métodos de ensaios que determinam a estabilidade, resistência e durabilidade dos mobiliários de escritório.

Os documentos imprescindíveis a serem apresentados pelas empresas serão os laudos e certificados contendo todas as adequações e diretrizes da ABNT NBR 13962:2018 e da NR-17 (atual e adequações a serem feitas em razão da Portaria PORTARIA/MTP Nº 423, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021, nova redação da Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia), os quais todas as fabricantes já utilizam ou deveriam se adequar.” **(Grifo nosso).**

Resta claro, portanto, a necessidade de apresentação de documentos, quais sejam laudos e Certificados, que evidenciem a Conformidade dos produtos ofertados com diretrizes da ABNT NBR 13962:2018. Tal requisito foi devidamente preenchido pela RECORRENTE no momento da entrega tempestiva do Certificado CP.19.01.0245 da linha Addit.

O Certificado CP.19.01.0245 é um documento emitido por Entidade competente, qual seja um Organismo Certificador de Produtos, acreditado por organismo governamental competente, qual seja a Cgcre/Inmetro, ou seja, configura-se uma situação de plena conformidade com o previsto pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, corroborado pelo RGCP - Requisitos Gerais de Certificação de Produtos do Inmetro, mediante Portaria nº 200 de 29 de Abril de 2021.

Importante mencionar que é ostensiva no Certificado Isopoint CP.19.01.0245 a informação de que o Modelo de Certificação utilizado para validação dos modelos da linha Addit previstos no referido Certificado é o modelo 5 constante na Tabela 1 do Anexo à Portaria 200 do Inmetro, qual seja o modelo de Certificação mais amplo e completo disponível no SBAC (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade).

Durante as comunicações com esta D. equipe técnica restou claro que a mesma está se pautando na **OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO PARA EXATAMENTE OS MESMOS MODELOS OFERTADOS PELA LICITANTE NO PRESENTE PLEITO**. Esta pauta observada pela equipe técnica se configura em flagrante suplementação de requisitos editalícios e fuga do julgamento objetivo, violando de frente preceitos legais presentes nas Leis nºs 10.520 de 2002 e 8.666 de 1993, Leis essas que fundamentam o presente Instrumento Convocatório.

Esse julgamento sem lastro ao Instrumento Convocatório, na prática, restringe a aceitação de objetos cujos licitantes detenham, restritivamente apenas o Relatório de Ensaio dos modelos em específicos solicitados pelo Edital, o que é ilógico, pois a

Certificação para a ABNT NBR 13962:2018 não tem o dever de seguir Portarias específicas de certificação compulsória de classes de produto preconizadas pelo Inmetro, ou seja, VOLUNTARIAMENTE o fabricante decide investir na certificação de seus produtos através dos modelos de certificação existentes no RGCP em consonância com o disposto no SBAC, deveria prever de antemão que a avaliação desta D. equipe técnica fosse nesse sentido pois, mesmo quando o edital fora publicado não haveria tempo hábil para realizar os ensaios mesmo que de um modelo na íntegra, senão vejamos.

A presente licitação teve sua publicação em 03/12/2021 (informação extraída do portal da transparência do MPMG), cuja disputa e entrega das propostas com os referidos documentos de comprovação de certificação de produto dever-se-ia ocorrer em 16/12/2021, ou seja, o fabricante teria 13 dias corridos para fabricar as amostras, faturar, expedir transportar e disponibilizar as amostras para que um Laboratório competente pudesse realizar os ensaios completos nos modelos a serem ofertados, como no caso do FK Grupo, que obteve o edital apenas quando da publicação do mesmo em fase externa. Isso é absolutamente impossível de ser realizado nesse lapso temporal.

Senão vejamos a preconização de ensaios cíclicos apenas da ABNT NBR 13962:2018:

Teste 7.3.2 - 400.000 ciclos, a 2 segundos cada ciclo = 520.000 segundos = 222 horas, 13 minutos e 20 segundos;

Teste 7.3.3 - 60.000 ciclos a 2 segundos cada ciclo = 120.000 segundos = 33 horas e 20 minutos;

Teste 7.3.6 - 120.000 ciclos a 2 segundos cada ciclo = 66 horas e 40 minutos;

Teste 7.3.7 - 2 ciclos de 2 minutos cada ciclo = 2 minutos;

Teste 7.3.8 - 100.000 ciclos a 10 segundos cada ciclo = 277 horas, 46 minutos e 40 segundos.

Ou seja, apenas os ensaios cíclicos dariam, ininterruptamente e sem contar *setups* de equipamentos, o que, na prática é impossível pois seria necessário ao menos trocar as

amostras de equipamento, mas mesmo contando dessa maneira, daria um período de 600 horas, ou 25 dias corridos, com técnicos e equipamentos trabalhando 24 horas por dia, sem parada, 07 dias por semana, mais uma vez mencionando, sem contar *setups* de amostras e máquinas o que é fisicamente impossível, pois seria suplementado a este prazo de 25 dias corridos tais lapsos temporais para setups e demais necessidade de adequação de equipamentos, amostras e descanso, alimentação e demais necessidades fisio-psicológicas dos técnicos laboratoristas.

Além disso, deve haver tempo ainda para set ups de equipamentos, ensaios dos requisitos dimensionais, de estabilidade, segurança e os testes de carga estática (resistência), não considerados nesse cálculo de lapso temporal acima.

Considerando concretamente o caso do FK Grupo, que teve o edital publicado em 03/12/2021, disputa em 16/12/2021 e sua desclassificação em 29/12/2021, ou seja, **APENAS 26 DIAS CORRIDOS** da data da publicação do edital até a desclassificação oficial do FK Grupo, sem contar finais de semana, feriados, seria **FISICAMENTE IMPOSSÍVEL DE SE OBTER OS RELATÓRIOS DE ENSAIO COMPLETOS EXATAMENTE DOS DOIS MODELOS OFERTADOS PARA O PRESENTE CERTAME.**

Abaixo a transcrição dos ciclos e preconização de tempo mínimo de aplicação de força, preconizados pelos trechos Tabela B2 (conclusão) do Anexo B da Norma, página 43, e 4.2 - Aplicação Das forças, página 20 da referida Norma. Importante salientar que a Norma preconiza o tempo mínimo de aplicação de força, porém todo equipamento ainda tem o tempo necessário para avanço e retrocesso dos aplicadores de força. Mesmo assim, esse tempo que, quase sempre equivale ao tempo de aplicação de força, não está sendo computado no calculo acima, o que adicionaria ainda mais tempo a esse lapso temporal.

4.2 Aplicação das forças

As forças nos ensaios de carga estática devem ser aplicadas suficientemente devagar, para garantir que não sejam aplicadas forças dinâmicas por descuido. Cada força deve ser mantida por não menos que 10 s e não mais que 15 s.

As forças nos ensaios de durabilidade devem ser aplicadas a uma taxa que garanta que não ocorra o aquecimento excessivo. Cada força deve ser mantida por (2 ± 1) s.

As forças podem ser aplicadas usando massas.

As forças podem ser aplicadas usando massas. Nesse caso, seguir a relação de equivalência entre kgf e N, ou seja, $9,8 \text{ N} = 1 \text{ kgf}$.

Tabela B.2 (conclusão)

Subseção	Ensaio	Força/Massa					Ciclos
		Tipo	Localização	Símbolo	Intensidade		
					Força N	Massa kg	
7.3.2	Durabilidade no assento e no encosto para cadeira giratória operacional Passo 1: A Passo 2: C – B Passo 3: J – E Passo 4: F – H Passo 5: D – G (alternado)	Força	Ponto A	–	1 500	–	120 000
			Ponto B	–	320	–	80 000
			Ponto C	–	1 200	–	80 000
			Ponto D	–	1 100	–	20 000
			Ponto E	–	320	–	20 000
			Ponto F	–	1 200	–	20 000
			Ponto G	–	1 100	–	20 000
			Ponto H	–	320	–	20 000
			Ponto J	–	1 200	–	20 000
7.3.3	Durabilidade no assento e no encosto para cadeira de diálogo	Força	Assento	F_1	1 000	–	100 000
			Encosto	F_2	300	–	100 000
7.3.4	Durabilidade da borda anterior do assento para cadeira de diálogo	Força	Assento	F_1	1 000	–	50 000
7.3.5	Durabilidade no apoio-braço	Força	–	–	400	–	60 000
7.3.6	Rotação	–	Assento	M_1	–	60	120 000
				M_2	–	35	
7.3.7	Carga estática na base	Força	Base	F_1	11 120	–	2
				F_2			
7.3.8	Durabilidade ao deslocamento de rodízios	Massa	–	–	–	113	100 000

Figura 8 (acima) - transcrição da preconização de aplicação das forças e da tabela de ciclos

É importante que se diga que não é esse o critério editalício como outrora já mostrado nesta peça, **OU SEJA, O EDITAL NÃO EXIGE DE MANEIRA OBJETIVA OS LAUDOS EXATOS DOS MODELOS A SEREM OFERTADOS**, o critério editalício é satisfeito com o documento entregue pelo FK Grupo, qual seja, o certificado com acreditação sob nº CP.19.01.0245. Portanto se trata do entendimento desta D. equipe técnica quanto aos requisitos do edital que gera tal distorção e ruptura com os próprios critérios editais e com os

preceitos legais, culminando como veremos, mesmo que de maneira culposa, em importante dano ao erário público do Estado de Minas Gerais.

Quanto à questão da obrigatoriedade do selo de certificação afixado no produto, o que materializa a certificação do produto é o seu certificado, que é produto de auditorias, avaliações, ensaios e julgamento do Organismo Certificador de Produto, com lastro junto ao Inmetro e ao IAF (International Accreditation Forum). Este critério não é regulado pelo Inmetro quando da **CERTIFICAÇÃO VOLUNTÁRIA DE PRODUTOS**. Aparenta uma outra confusão desta D. equipe técnica com o Selo do Inmetro para Produtos com Certificação Compulsória.

Fica a critério de cada OCP, portanto, estabelecer os requisitos de rotulagem dos produtos quando ao seu Programa de Certificação. No caso da Isopoint, o mesmo é dispensado de rotulagem nesse sentido, conforme documento acostado a esta peça Recursal e transcrito abaixo sob Figura 9.

DECLARAÇÃO PARA ESCLARECIMENTO

REFERENTE: Esclarecimentos sobre a obrigatoriedade do uso do selo do ISOPOINT nos produtos certificados. Como possuímos somente certificações voluntárias, somos obrigados a usar o selo em nossos produtos que fazem parte do escopo da certificação?

A **Instituto Nacional de Qualidade e Soluções Tecnológicas S/S Ltda - ISOPOINT**, CNPJ nº 32.110.717/0001-82, sediada na **Rua Barão do Triunfo, 520 - Cj. 132, Brooklin Paulista, Cidade de São Paulo, Capital, CEP 04602-002**, ESCLARECE, que conforme nossos procedimentos o detentor de um Certificado de Avaliação da Conformidade pode optar por utilizar ou não o selo do ISOPOINT. No entanto se optar pelo uso deve seguir as orientações contidas nos Procedimentos específicos e conforme o Termo de Uso da Logo Marca de Certificação. Sendo assim, qualquer outro esclarecimento a terceiros deve ser dirigido diretamente ao ISOPOINT.

São Paulo, 28 de abril de 2021.



Silvia Cristina Domingos de Oliveira
RG nº 13.592.500-9 e CPF nº 058.917.388-05
Diretoria Executiva

Figura 9 (acima) - declaração do OCP confirmando que a rotulagem de produtos para a certificação ABNT NBR 13962:2018 é facultada ao fabricante

Por fim, quanto às alegações desta D. equipe técnica de que as composições de componentes não são detalhadas na apresentação do *template* do referido Certificado, quando na verdade há certo detalhamento no Certificado em epígrafe conforme mostrado na figura 10 abaixo. Observem os senhores a coluna “Descrição Técnica”. Entende-se que a apresentação do Certificado não está de uma forma que gere contentamento à esta D. equipe técnica, ou que satisfaça suas necessidades de informação e/ou entendimento.

Data da Realização da Auditoria: 14/06/2019

NUMERO(S) E DATA(S) DO(S) RELATÓRIO(S) DE ENSAIO:INICIAL		LABORATÓRIO / CRL	
R192602 de 04/07/2019 / R192603 de 26/07/2019		LABCHAIR Laboratório de Ensaio – CRL 0430	
R203049 de 01/09/2020			
Marca	Modelo (Designação Comercial)	Descrição Técnica	Código de Barras
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo A, com/sem apoio de cabeça, base preta com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo A, com/sem apoio de cabeça, base alumínio com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo B, com/sem apoio de cabeça, base preta com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo B, com/sem apoio de cabeça, base alumínio com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo C, com/sem apoio de cabeça, base preta com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo C, com/sem apoio de cabeça, base alumínio com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo D, com/sem apoio de cabeça, base preta com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo D, com/sem apoio de cabeça, base alumínio com/sem braços.	

Figura 10 (acima) - transcrição da tabela de modelos certificados e seus detalhamentos de cada composição

De posse da documentação e amostras do FK Grupo, a oficial do MPMG sra. Kelly Moraes Castro Fonseca, através da ouvidoria geral aberta pelo Inmetro a todo cidadão, no dia 23 de dezembro de 2021, antevéspera de Natal, realizou diligência, cujo teor na íntegra segue transcrito abaixo e, em anexo, os e-mails originais:

“Prezado(a) Kelly Moraes,

Sua manifestação apresentada no sistema Fala.BR foi respondida em 05/01/2022, conforme os dados abaixo.

Responda à pesquisa de satisfação e ajude-nos a melhorar nosso atendimento. São apenas 30 segundos!

Dados da Manifestação

Protocolo: 03005.273581/2021-88

Órgão ou Entidade: INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Cidadão: Kelly Moraes

Tipo de Manifestação: Solicitação

Prazo para Atendimento: 25/01/2022

Descrição da Manifestação: Manifestante servidora do Ministério Público do estado de Minas Gerais.

Relata que a empresa citada a baixo, FK Grupo SA está participando de uma licitação referente ao produto,cadeira giratória de trabalho,tipo A da ABNT.

A empresa apresentou um certificado da Isopoint certificações de número 19010245 modelo 5 e da OCP 0081.

Informa que em um primeiro momento prefere solicitar ao Inmetro os relatórios de ensaios do produto acima citado,e como se trata de um órgão público prefere se solicitar diretamente ao Inmetro,devido a credibilidade do órgão.

Solicita ao Inmetro os seguintes relatórios de ensaios abaixo:

R 192602 de 04/07/2019

R 192603 de 26/07/2019

R 203049 de 01/09/2020

Dados da empresa

FK Grupo SA

CNPJ 55088157001699

OBS: Manifestante tentou contato na data de hoje 23/12/2021, com Sra. Carla, secretária do coordenador geral de acreditação,no telefone (21) 21453838, porém não obteve êxito. conforme orientação recebida no protocolo 03005.2730442021-38.

Organismo de Certificação de Produtos

Número OCP-0081

Organismo Instituto Nacional da Qualidade e Soluções Tecnológicas S/S LTDA - ISOPOINT

CNPJ 32.110.717/0001-82

Site <http://www.isopoint.com.br/>

Situação Ativo

Data de Concessão 11/07/2011

Quantidade de Escopos 7

1 - Informações Contato

País BRASIL

Estado SÃO PAULO

Endereço Rua Barão do Triunfo, 520 - cj 132

Brooklin Paulista - São Paulo

CEP:04602-002

Telefone (11) 3294-0044

E-mail diretoria@isopoint.net

Presidente Silvia Cristina Domingos de Oliveira"

A resposta do Inmetro veio no dia 05 de janeiro de 2022, às 11hs26min, cujo teor segue na íntegra abaixo:

Resposta

"Prezada cidadã,

Retransmitimos, abaixo, resposta da Coordenação Geral de Acreditação – Cgcre à sua manifestação:

"Informamos que os Relatórios de Ensaios são de propriedade e de guarda do organismo de certificação, que é o responsável por avaliar a conformidade do produto conforme normas e regulamentos técnicos aplicáveis.

Assim, o manifestante deve solicitar à empresa concorrente da licitação a apresentação de cópia dos relatórios de ensaios citados.

Em havendo dúvidas, o manifestante pode retornar nos enviando os relatórios de ensaios apresentados para podermos verificar a sua autenticidade com o organismo certificador Isopoint. "

*À disposição,
Ouvidoria do Inmetro*

Quantas vezes você já buscou um serviço público e pensou: "esse serviço poderia ser melhor se fosse de outra forma! ". Pois agora sua opinião pode chegar diretamente às pessoas responsáveis por formular e executar esses serviços.

Qualquer pessoa pode ser conselheira, avaliar os serviços públicos e propor soluções para melhorar o atendimento. Saiba mais em www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/conselhos-de-usuarios e nos ajude a melhorar os serviços do Inmetro.

Clique aqui para responder à Pesquisa de Satisfação

Agradecemos a sua participação.

Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

<https://falabr.cgu.gov.br/>

Mensagem Automática

Favor não responder a este e-mail."

Resta evidente que, no momento da desclassificação do FK Grupo, às 14hs11min do dia 29/12/2021 a equipe técnica deste E. MPMG ainda não havia recebido resposta efetiva acerca de sua diligência! Somente no dia 10 de janeiro, 12 dias após a desclassificação do FK Grupo, que a sra. Kelly Fonseca começou a ter contato com a Isopoint para tentar esclarecer suas questões mediante orientação do Inmetro. Abaixo transcrição do e-mail enviado pela Sra. Kelly à Isopoint em 10 de janeiro.

"Sra Silvia, bom dia!

Conforme conversamos por telefone, solicitamos os escopos dos Relatórios de Ensaio que embasaram a certificação número 19010245

modelo 5 e da OCP 0081 para melhor conhecimento dos produtos propostos pela empresa FK Grupo S/A.

A requisição desses documentos foi iniciada em 23/12/2021, junto ao Inmetro.

Agradeço!

Att

Kelly Moraes Castro Fonseca

SEA - DIMAN - MPMG

31 3330 8237"

A Isopoint respondeu no dia 12 de janeiro disponibilizando os Relatórios de Ensaio, que são registros que fazem parte do Compêndio que fundamenta a Certificação dos modelos, ou seja, tais Relatórios são apenas uma pequena parte de todos os Registros da Qualidade, Procedimentos, Instruções e Documentos que embasam a decisão do OCP pela concessão ou não da Certificação para determinado escopo de produtos.

DE TODA FORMA, TRÊS QUESTÕES IMPORTANTES SÃO PRODUTO DE UMA CONCLUSÃO ATÉ ESTE PONTO:

1 - Quando da desclassificação do FK Grupo em 29/12/2021 A EQUIPE TÉCNICA DO MPMG SEQUER HAVIA RECEBIDO RESPOSTA QUANTO A SUA DILIGÊNCIA JUNTO AO INMETRO;

2 - Em nenhum momento a diligência do MPMG ao Inmetro ou à Isopoint foi no sentido de confirmar se os referidos produtos estavam ou não certificados, mas foi no sentido de obter poucos registros específicos como se a D. equipe técnica tivesse o intento, de alguma forma e em algum nível, auditar o processo de Certificação da linha Addit que

gerou o Certificado CP.19.01.0245 e, pelo seu entendimento, aceitar ou não tal certificado, independentemente do fato de que o certificado foi entregue tempestivamente e estava válido quando de sua apresentação.

3 - Do prazo da sessão de avaliação da amostra e documentos correlatos do FK Grupo até a sua desclassificação, ocorreu um lapso temporal de 7 dias corridos. Já no caso da segunda colocada, do prazo da sessão de avaliação de sua amostra e documentos correlatos, até a sua declaração de vencedora ocorreu um lapso temporal de 46 dias corridos.

É muito importante frisar que em nenhum momento essa Recorrente está atacando os méritos da empresa vencedora, qual seja a Tecno2000, o objeto de nosso inconformismo é a forma como a avaliação dos critérios editalícios foi conduzida e culminou na desclassificação do FK Grupo. Em outras palavras, não entendemos que há demérito do FK Grupo que ensejasse de maneira objetiva a sua desclassificação de frente aos presentes requisitos editalícios e legais.

O FK Grupo, por iniciativa própria em 23/02/2022 fez um questionamento à Isopoint muito simples:

- **Estariam os produtos ofertados para o Pregão em epígrafe** através do catálogo registrado no próprio processo **Certificados** sob o documento Isopoint no. CP.19.01.0245, **sim ou não?**

A RESPOSTA DA ISOPOINT FOI SIM! OS PRODUTOS ESTÃO CERTIFICADOS! Conforme segue em anexo a transcrição dos e-mails trocados entre a RECORRENTE e a Isopoint e também na Figura 11 abaixo.

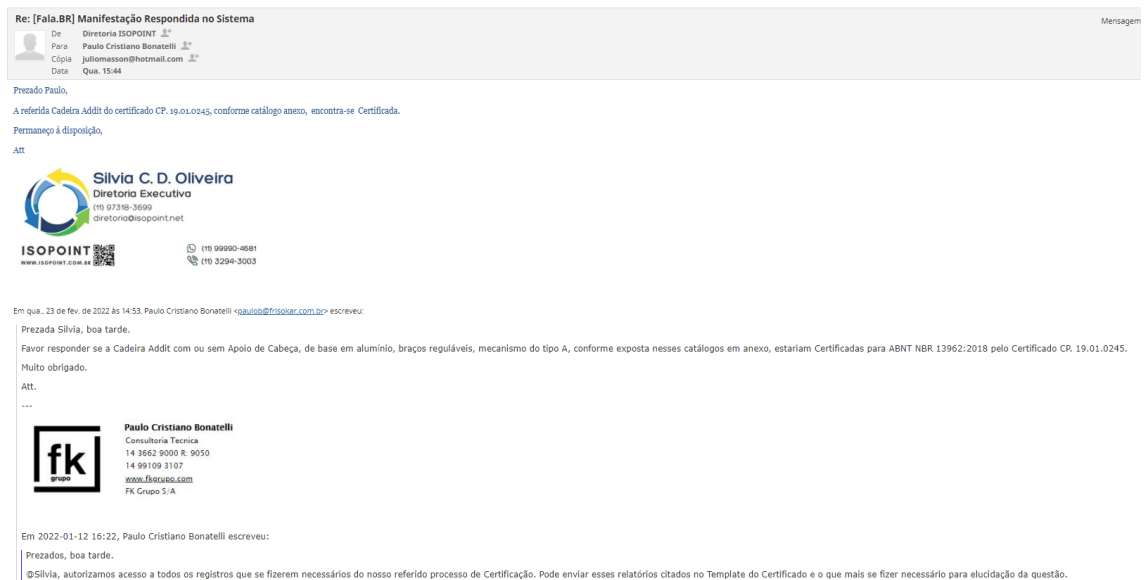


Figura 11 (acima) - transcrição de questionamento realizado pelo FK Grupo para pronunciamento do Isopoint com resposta de que o produto é devidamente certificado.

RESTA CLARÍSSIMO QUE ESTA D. EQUIPE TÉCNICA ESTÁ EXTRAPOLANDO SUAS COMPETÊNCIAS, NO MOMENTO EM QUE COLOCA EM XEQUE A COMPETÊNCIA NÃO SÓ DA ISOPOINT, MAS DE TODO O SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E, POR CONSEQUÊNCIA, O INTERNATIONAL ACCREDITATION FORUM, QUE POR SUA VEZ ACREDITA O ORGANISMO GOVERNAMENTAL BRASILEIRO.

Resta claro que o órgão Acreditado pela Cgcre/Inmetro e competente para Certificar Produtos sob este escopo **DECLARA QUE O PRODUTO ESTÁ CERTIFICADO** e, o FK Grupo é desclassificado do presente Certame com base nas convicções da D. equipe técnica do E. MPMG, notadamente tais convicções não têm lastro nas evidências demonstradas ao longo de todo o processo.

Imperativo refutar frontalmente tal desclassificação para sustentabilidade do devido processo legal, pois o próprio órgão competente, responsável pela certificação, atesta que o produto se encontra devidamente certificado!

II.c – DO DEVIDO CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DA RECORRENTE EM RELAÇÃO A PORTARIA NR-17

Passa-se agora a refutar o segundo subgrupo do segundo grupo de requisitos que culminaram na desclassificação do FK Grupo no referido certame, qual seja, os alusivos à Nova Portaria da NR-17, publicada em 07 de outubro de 2021 e em vigor à partir de 03 de janeiro de 2022.

Acerca desse requisito editalício, a manifestação do distinto sr. Pregoeiro na sessão oficial do Pregão, que transcreve decisão de sua D. equipe técnica menciona que:

“Por fim, foi constatado pelos técnicos também que a empresa não apresentou proposta de adequação dos seus laudos contemplando a nova NR17, para fins de cumprimento da regulamentação legal conforme previsto no edital licitatório”.

Vejam os senhores que o FK Grupo foi desclassificado sob essa decisão por não apresentar adequação da avaliação ergonômica de seus produtos da linha Addit para uma nova Portaria da NR-17, publicada em 07 de outubro de 2021 ou como seria realizada tal adequação, conforme menciona o requisito editalício abaixo transcrito:

"Os documentos imprescindíveis a serem apresentados pelas empresas serão os laudos e certificados contendo todas as adequações e diretrizes da ABNT NBR 13962:2018 e da NR-17 (atual e adequações a serem feitas em razão da Portaria PORTARIA/MTP Nº 423, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021, nova redação da Norma Regulamentadora nº 17

– Ergonomia), os quais todas as fabricantes já utilizam ou deveriam se adequar.

Diante da entrada em vigor na nova NR-17, a partir de 03/01/2022 e tendo em vista que todas as empresas deverão se adequar à regulamentação legal vigente, é importante que empresas participantes do processo apresentem a análise de suas amostras já constando a NR-17 atualizada e/ou proposta de adequação dos seus laudos quando da vigência da nova NR17, para fins de cumprimento da regulamentação legal."

É muito importante que se tenha entendimento claro sobre 04 aspectos acerca deste tema e de como este tema foi tratado pela D. equipe técnica deste E. ministério Público:

1º Aspecto sobre a questão da NR17 - No dia 16 de dezembro de 2021, dia da disputa do referido certame e dia no qual o FK Grupo entregou seus documentos técnicos para sua habilitação no referido Certame, inclusive o referido laudo NR17, a Portaria 3.751 MTPS do MTE publicada em 1990 ainda estava em vigor. Aliás, no dia 29 de dezembro de 2021 às 14hs11min quando a desclassificação do FK Grupo por esse motivo foi referendada pelo distinto sr. Pregoeiro Matheus de Oliveira Dande, a Portaria MTPS 3.751 de 1990 da NR17 ainda estava em vigor, ***OU SEJA, O FK GRUPO FOI DESCLASSIFICADO POR UM ASPECTO QUE, LEGALMENTE, NEM ESTAVA EM VIGOR QUANDO DA DECISÃO DO PREGOEIRO.***

2º Aspecto sobre a questão da NR17- Ao analisar o mérito das alterações propostas pela Portaria 423 de 07 de outubro de 2021 no bojo dos requisitos da NR-17 quando ainda da fundamentação da Portaria 3.751 de 1990, especificamente quanto aos requisitos aplicáveis ao objeto que tange o interesse do MPMG no referido certame, ou seja, assentos de trabalho, houveram apenas duas alterações. Uma de cunho meramente formal, que é a transposição dos requisitos aplicáveis a assentos do subitem

17.3.3 da Portaria 3.751 de 1990 para o subitem 17.6.6 da Portaria 423 de 2021, esta alteração em nada afetaria os requisitos propriamente aplicáveis ao móvel em si.

Outra alteração, mais substancial, é a inclusão da alínea b) dada pela Portaria 423 de 2021, que menciona que “*sistemas de ajustes e manuseio acessíveis*” devem ser observados nos assentos. O restante dos requisitos, quais sejam os requisitos das alíneas a), c), d), e e) se referem *ipsis litteris* aos requisitos a), b), c), d) da Portaria MTPS 3.751 de 1990 para o subitem 17.3.3, ou seja, não houve alteração a não ser a menção de que as regulagens devem ser acessíveis aos usuários.

Abaixo, as figuras 12 e 13 mostram a mudança nos requisitos aplicáveis aos assentos de trabalho pela NR17.

os pedais e demais comandos para acionamento pelos pés devem ter posicionamento e dimensões que possibilitem fácil alcance, bem como ângulos adequados entre as diversas partes do corpo do trabalhador, em função das características e peculiaridades do trabalho a ser executado.

17.3.3. Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos de conforto:

- a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida;
- b) características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento;
- c) borda frontal arredondada;
- d) encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

17.3.4. Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados sentados, a partir da análise ergonômica do trabalho, poderá ser exigido suporte para os pés, que se adapte ao comprimento da perna do trabalhador.

Figura 12 - Subitem 17.3.3 da Portaria 3.751 de 1990 da MTPS do MTE

17.6.5 Os pedais e demais comandos para acionamento pelos pés devem ter posicionamento e dimensões que possibilitem fácil alcance, além de atender aos requisitos estabelecidos no item 17.6.3.

17.6.6 Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida;
- ➡ b) sistemas de ajustes e manuseio acessíveis;
- c) características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento;
- d) borda frontal arredondada; e
- e) encosto com forma adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

17.6.7 Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados em pé, devem ser colocados assentos com encosto para descanso em locais em que possam ser utilizados pelos trabalhadores durante as pausas.

Figura 13 - Subitem 17.6.6 da Portaria 423 de 2021 com destaque para o requisito adicionado aos requisitos já existentes desde a Portaria MTPS 3.751 de 1990

Pois bem, senhores, nesse momento é importante ter o entendimento de que, de forma prática, não há nenhuma alteração a ser realizada nos produtos objeto da avaliação ergonômica. Em outras palavras, as mesmas cadeiras Addit que atendiam a MTPS 3.751 de 1990 e EM VIGOR QUANDO DA DESCLASSIFICAÇÃO DO FK GRUPO em 29/12/2021, essas mesmíssimas cadeiras, sem alteração em um parafuso sequer, atendem os requisitos do subitem 17.6.6, alíneas de a) à e) da Portaria 423 de 07 de outubro de 2021.

Quanto à validação de que se os sistemas de ajustes e manuseio da Addti são acessíveis de fato, há duas instâncias de validação técnica dessas características: a própria avaliação da cadeira pelos técnicos do MPMG e a validação de aspectos de segurança e acessibilidade/usabilidade dados pela própria ABNT NBR 13962:2018, através da qual o produto É CERTIFICADO.

3.4 Segurança e usabilidade

3.4.1 A cadeira deve ser fornecida com manual do usuário, no qual constem a classificação, as instruções para uso e regulação e as recomendações de segurança cabíveis.

3.4.2 Considerar as partes acessíveis em relação a um único usuário em posição sentada.

3.4.3 Considerar partes acessíveis com movimento de ambas as partes ou somente uma delas com as demais fixas, podendo existir ou não mecanismo de fechamento automático.

3.4.4 Não considerar como ponto de cisalhamento distâncias que não variam durante seu movimento, não acarretando efeito tesoura.

3.4.5 Não considerar como ponto de cisalhamento onde ocorram contatos com usuário provido de elementos flexíveis, em uma ou ambas as partes, como espumas, borrachas ou elementos retráteis, promovendo a possibilidade de abertura maior que 25 mm sobre força ou pressão. Ou seja, considerar somente onde ocorra contato entre partes rígidas.

3.4.6 Não considerar como ponto de cisalhamento aquele em que o usuário é capaz de controlar seus movimentos e cessar a aplicação de esforço no momento da aparição da dor.

3.4.7 Não podem existir pontos de cisalhamento em partes acessíveis do móvel, produzidos por mecanismos de acumulação de energia, como, por exemplo, molas ou cilindros de gás.

3.4.8 Não podem existir pontos de cisalhamento se o risco se produz pelo peso do próprio usuário durante ações de movimentos normais (involuntários), como, por exemplo, o deslocamento de uma cadeira para levantar o assento ou para ajustar o encosto.

3.4.9 Deve-se reprovar o móvel com bordas ou arestas cortantes que estejam em contato com o usuário, considerando-se somente as bordas rígidas. Bordas flexíveis não podem ser consideradas.

3.4.10 As extremidades de tubos e demais componentes construtivos ocos, situados na área útil, que permitam o acesso às regulagens da cadeira pelo usuário quando na posição sentada, devem ser seladas ou providas de tampões.

3.4.11 As partes lubrificadas do assento devem ser projetadas de modo a evitar o contato com o corpo e com as roupas do usuário em posição sentada.

3.4.12 Deve ser usado o diagrama para auxílio na avaliação dos pontos considerados de cisalhamento, conforme Figura 24.

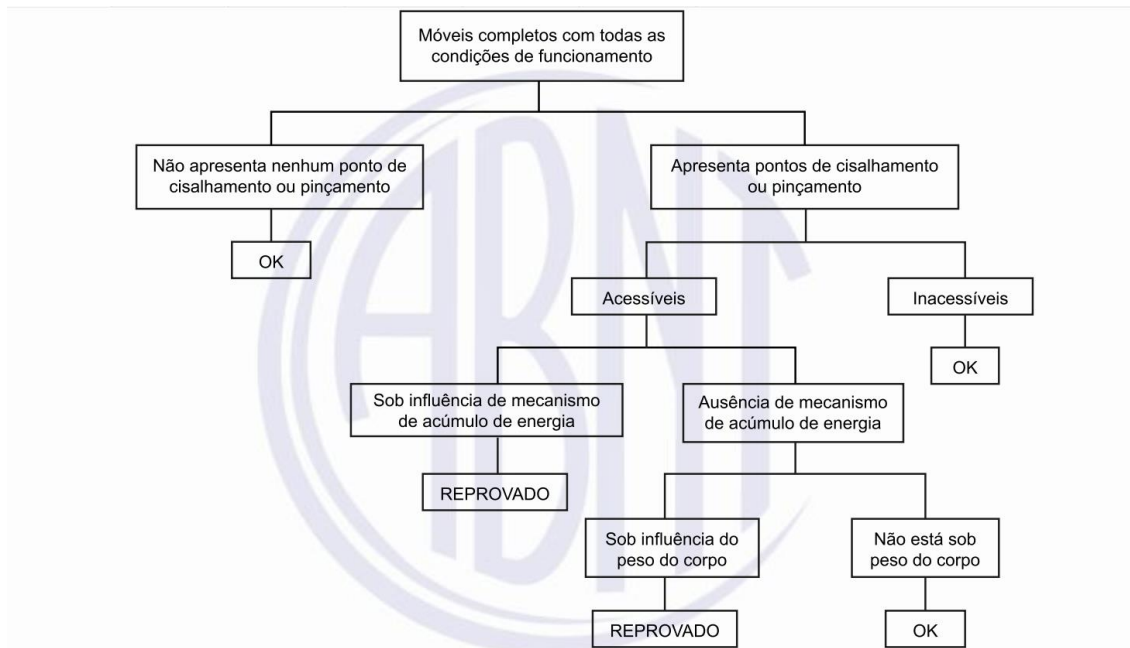


Figura 24 – Diagrama para auxílio na avaliação dos pontos considerados de cisalhamento

Figura 14 - Transcrição dos requisitos de usabilidade e segurança da ABNT NBR 13962:2018 e da figura 24 da Norma que é o Diagrama de segurança, mecanismo de contingência para potenciais pontos de cisalhamento no móvel

Vejam os senhores também definições da Norma com relação a partes acessíveis durante o uso e regulagens, dadas pelos subitens 2.1, 2.16 e 2.19 na seção 2 de Termos e Definições da ABNT NBR 13962:2018, transcritas abaixo através da Figura 15.

2 Termos e definições

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os seguintes termos e definições.

2.1

cadeira giratória operacional

toda cadeira que apresenta dispositivo que permite no mínimo regulagem de altura do assento, giro da concha e base com pontos de apoio providos ou não de rodízios

2.16

regulagem

conjunto de dispositivos que, quando acionados, possibilitam o ajuste da posição (altura e/ou inclinação e/ou profundidade) das superfícies de apoio da cadeira, como assento, encosto, apoia-braço

2.19

partes acessíveis durante o uso

partes que podem ser de fácil acesso quando o móvel está em posição de uso e com a previsibilidade de contato involuntário

Figura 15 - transcrição de termos e definições da ABNT NBR 13962:2018 para os subitens 2.1, 2.16 e 2.19

Pois vejam os senhores que, segundo a Isopoint, em manifestações comprobatórias através do Certificado CP.19.01.0245 e de questionamento realizado pelo FK Grupo em 23/02/2022, as cadeiras Addit objeto da oferta ao Pregão em epígrafe estão certificadas para a ABNT NBR 13962:2018. Portanto atendem aos requisitos desta Norma. Os requisitos da Norma em questão congregam que os produtos em questão são cadeiras Addit de modelo Alto, regulagens do Tipo A, portanto sendo cadeiras giratórias operacionais com regulagens (lastro aos termos de definição 2.1 e 2.16) com partes acessíveis aprovadas nos requisitos de acessibilidade, usabilidade e segurança (lastro ao termo de definição 2.19).

Abaixo, na Figura 16, o trecho em específico do edital que materializa os produtos ofertados para o referido Certame.

Data da Realização da Auditoria: 14/06/2019

NUMERO(S) E DATA(S) DO(S) RELATÓRIO(S) DE ENSAIO:INICIAL		LABORATÓRIO / CRL	
R192602 de 04/07/2019 / R192603 de 26/07/2019		LABCHAIR Laboratório de Ensaios – CRL 0430	
R203049 de 01/09/2020			
Marca	Modelo (Designação Comercial)	Descrição Técnica	Código de Barras
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo A, com/sem apoio de cabeça, base preta com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo A, com/sem apoio de cabeça, base alumínio com/sem braços.	
fk grupo	KADD	Giratória Tela Alta operacional tipo B, com/sem apoio de	

Figura 16 - Destaque para a linha de detalhamento do Certificado que evidenciam que os modelos Addit ofertados estão de fato Certificados pela ABNT NBR 13962:2018

Ou seja, ao estarem certificados pela Norma ABNT NBR 13962:2018 há garantia de que as regulagens são acessíveis ao usuário quando sentado. Essa, em outras palavras, é uma definição de que “os sistemas de ajustes e manuseios são acessíveis”, conforme preconiza alínea b), do subitem 17.6.6 da Portaria 423 de 2021 para a NR-17, qual seja o **ÚNICO REQUISITO DIFERENTE DA NR-17 MTPS DE 1990**.

Outro ponto de checagem para evidência de que as regulagens da cadeira Addit do FK Grupo são de fato acessíveis é a própria avaliação da equipe técnica do MPMG. Notem os senhores que, exceto as dimensões equivocadamente apontadas como não conforme pela equipe técnica, conforme já demonstrado nesta peça recursal, não foi encontrado nas amostras entregues pelo FK Grupo nada que as desabonasse, inclusive com relação à acessibilidade e facilidade de manuseio das regulagens.

Portanto, além de não estar em vigor na data da desclassificação do FK Grupo, a nova Portaria da NR-17 no que tange cadeiras operacionais já certificadas para ABNT NBR 13962:2018 **NÃO ALTERA EM NADA OS PRODUTOS AVALIADOS PARA A NR-17 ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DE 2021**.

3º Aspecto sobre a questão da NR17 - quando da entrada em vigor da Portaria 423 de 07 de outubro de 2021, qual seja a data de 03 de janeiro de 2022 o FK Grupo já havia adequado os seus laudos ergonômicos de avaliação da linha Addit emitido por profissional competente conforme Resolução Federal CONFEA 437 de 1999. A esse momento em que impetramos peça recursal contra nossa desclassificação, já

possuímos, além da avaliação proferida por Engenheiro do Trabalho, o que por si só já satisfaria o edital no sentido de ter laudos ergonômicos adequados quando da vigência da Portaria e quando da assinatura do contrato, também laudo ergonômico emitido por Ergonomista certificado pela ABERGO. **Esses laudos ergonômicos já foram enviados para melhor juízo da equipe técnica e do Pregoeiro do MPMG através de Petição realizada em 18/02/2022 e em anexo a esta peça recursal.**

4º Aspecto sobre a questão da NR17 - Quando observamos todo o dispêndio de energia desta D. equipe técnica em diligenciar junto ao Inmetro, Isopoint e demais ações no sentido de elucidar questões até de certa sorte mais complexas do que a questão da adequação da NR-17, resta evidente que uma pequena fração desta energia poderia ser utilizada para, em sede de diligência, sanear esta questão conforme os 03 aspectos anteriores acerca deste tema. Entretanto, em nenhum momento esta D. equipe técnica se movimentou no sentido de elucidar essa questão tão simples.

Conforme peticionado junto a esse D. Órgão licitante, em 18.02.2022, foi apresentado o LAUDO NR-17, bem como as prévias tratativas, realizadas antes da deflagração do presente certame licitatório, para proposta de adequação dos laudos da RECORRENTE quando da vigência da nova NR-17.

Como no presente caso, a apresentação dos documentos para sanar eventuais irregularidades que não comprometam a substância da proposta é perfeitamente admitida pela legislação e jurisprudência vigentes.

O *caput* do artigo 47 do Decreto 10.024/2019, o qual regulamente esse Pregão Eletrônico, permite o saneamento de erros ou falhas no julgamento da habilitação e das propostas, desde que tais erros ou falhas não tenham potencial para alterar a substância das propostas, vejamos:

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,

mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Na transcrição acima, o termo **poderá** significa que o pregoeiro tem o dever de sanar erros ou falhas quando tal providência favorecer o interesse público para ampliar a disputa, pois as normas deverão sempre ser interpretadas em favor ampliação da disputa entre os interessados do certame.

Nesse sentido o parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto nº 3.555/2000 que regula a modalidade de licitação denominada pregão e é subsidiariamente aplicável ao pregão eletrônico, muito bem se amolda ao caso, vejamos:

Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Nesse esteio, o E. Tribunal de Contas da União decidiu recentemente que, caso haja equívoco ou falha por parte do licitante acerca da juntada de documento que ateste condição preexistente, cabe ao Pregoeiro, realizar diligência nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, e do art. 64 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), e promover o saneamento da documentação:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). **O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.** (Destacamos). (TCU – **Acórdão 1211/2021**, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, julgado em 26/05/2021)

Na opinião do Ministro Relator do acórdão acima transcrito, Exmo. Dr. Walton Alencar Rodrigues, **a desclassificação de licitante, sem que lhe seja conferida a oportunidade para sanar falhas em seus documentos de habilitação e/ou proposta, configura objetivo dissociado do interesse público.**

Ainda, o E. Supremo Tribunal Federal comunga do mesmo entendimento:

Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (STF - RMS 23.714/DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. em 05.09.2000, publicado no DJ de 13.10.2000, p. 21)

Também, no mesmo caminho, o Edital do presente Pregão Eletrônico estabelece, no subitem 17.7, a possibilidade, por parte do pregoeiro, de saneamento de eventuais erros ou falhas na proposta apresentada pelo Licitante:

17.7. O Pregoeiro, atendendo ao interesse público, poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 14.184/02.

Desse modo, pelos esclarecimentos pontuados nessa peça recursal, ao que tange a exigência editalícia acerca da NR-17, não há o que se falar em irregularidades na proposta apresentada pela RECORRENTE que atendeu perfeitamente os ditames editalícios.

IV - DA CONCLUSÃO

Por fim, conclui-se que resta evidente que a desclassificação do FK Grupo, ao que pese uma análise purista e objetiva, em estrita conformidade com o edital e seu embasamento legal, se deu em função de:

1 - DIMENSÕES OBTIDAS DE MANEIRA VICIADA E EM DESCONFORMIDADE COM O QUE PRECONIZA A NORMA DE REFERÊNCIA DO EDITAL E DO OBJETO E AS RECOMENDAÇÕES DO EDITAL. TAIS DIMENSÕES, DA FORMA QUE FORAM AFERIDAS, VIOLAM AS REGRAS ESTIPULADAS NO PRÓPRIO EDITAL, CONFORME EXAUSTIVAMENTE ESCLARECIDO;

2 - O ENTENDIMENTO UNILATERAL E TAMBÉM VICIADO DA DOUTA EQUIPE TÉCNICA DO MPMG, EM REVELIA AOS DOCUMENTOS ACOSTADOS PELO FK GRUPO AO LONGO DO PROCESSO, A ORIENTAÇÃO DO INMETRO EM QUE O MPMG DEVERIA SANEAR TAIS ESPECIFICIDADES EM DÚVIDA COM A ISOPOINT E A MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DA ISOPOINT DE QUE OS PRODUTOS ESTÃO DE FATO CERTIFICADOS PARA A ABNT NBR 139862:2018. EM OUTRAS PALAVRAS, MESMO O FK GRUPO APRESENTANDO CERTIFICADO, MOSTRANDO VISUALMENTE QUE O PRODUTO OFERTADO EM CATÁLOGO E EM AMOSTRA TEM ADERÊNCIA TOTAL AO DECLARADO NO CERTIFICADO, MESMO A ISOPOINT SE PRONUNCIANDO NO SENTIDO DE QUE O PRODUTO ESTÁ DEVIDAMENTE CERTIFICADO E MESMO CUMPRINDO CABALMENTE O REQUISITO EDITALÍCIO PARA ESTE ASPECTO, O FK GRUPO SE VIU DESCLASSIFICADO.

3 - O FK GRUPO FOI DESCLASSIFICADO PARA UMA NORMA REGULAMENTADORA (NR-17) QUE SEQUER ESTAVA EM VIGÊNCIA QUANDO DE SUA DESCLASSIFICAÇÃO E QUE, QUANDO DE SUA VIGÊNCIA, EM NADA ALTERA OS ASPECTOS DE SEUS PRODUTOS OFERTADOS PARA O

REFERIDO CERTAME. AINDA, EVENTUAIS INCONSISTÊNCIAS ACERCA DA RESPECTIVA NORMA FORAM DEVIDAMENTE DILIGENCIADAS E SANADAS PELA RECORRENTE, CONFORME PETIÇÃO PROTOCOLADA, COM DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE, JUNTO A ESSE D. ÓRGÃO LICITANTE EM 18.02.2022.

4 – POR FIM, IMPORTANTÍSSIMO OBSERVAR A IMPLICAÇÃO DE TAIS EQUÍVOCOS NO MOMENTO EM QUE O ERÁRIO DO DISTINTO ESTADO DE MINAS GERAIS SERÁ LESADO EM R\$ 2.095.564,00 (DOIS MILHÕES, NOVENTA A CINCO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS), DIFERENÇA DE 44% EM RELAÇÃO À PROPOSTA DO FK GRUPO. SALIENTADO MAIS UMA VEZ QUE O FK GRUPO NÃO ATACA OS MÉRITOS DA EMPRESA TECNO2000, MAS NÃO SE CONFORMA COM OS CRITÉRIOS TOMADOS PELA D. EQUIPE TÉCNICA DO MPMG, CORROBORADA PELA DECISÃO DO D. SR. PREGOEIRO, QUE CULMINARAM NA SUA DESCLASSIFICAÇÃO E CULMINARÃO, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, NO DISPÊNDIO DE MAIS DE 2 MILHÕES DE REAIS DO ERÁRIO MINEIRO.

III - DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, respeitosamente, **REQUER** que as presentes Razões Recursais sejam recebidas, conhecidas e, no mérito, julgadas totalmente procedente para que:

- a) Seja revista na totalidade a decisão que desclassificou a proposta da RECORRENTE;

b) O certame retome seu curso com a vitória da Recorrente, visto que a proposta apresentada atende totalmente as exigências do Edital;

c) Sejam as presentes Razões Recursais julgadas em conformidade com a legislação e jurisprudência vigentes;

d) Juntamente com a decisão julgadora, sejam apresentados todos os pareceres técnicos que fundamentam as decisões tomadas referentes a esse recurso;

e) Por fim, caso os pedidos acima sejam julgados improcedentes, requer a remessa dos autos a autoridade superior para reanálise do feito.

Finalmente, ressaltamos que a manutenção da decisão que desclassificou a proposta da Recorrente, nos termos que se encontra, configura irregularidade que, se mantida na via administrativa, será representada junto ao Controle Interno dessa d. Administração e ao E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com pedido de suspensão/nulidade do certame, bem como serão tomadas as medidas judiciais cabíveis para preservar os direitos da Recorrente.

Termos que,

Pede e espera deferimento.

Bariri, 24 de fevereiro de 2022.

André José Trovarelli Lagos
Diretor Administrativo
FK Grupo S.A